

CONJUNTURA CNseg



ANO 2 | Nº 12 | OUTUBRO/2019



CONJUNTURA CNseg



ANO 2 | Nº 12 | OUTUBRO/2019

CONJUNTURA CNseg

Dados Susep de agosto de 2019
Dados ANS de março de 2019



Sumário

Apresentação	5
Editorial	6
Economia Brasileira.....	8
Mercado Segurador.....	15
Resumo Estatístico.....	19
Glossário.....	24

Apresentação

A CNseg

A Confederação das Seguradoras - CNseg é uma associação civil, com atuação em todo o território nacional, que reúne as Federações que representam as empresas integrantes dos segmentos de Seguros, Previdência Privada Complementar Aberta e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização.

A CNseg tem a missão de congregar as lideranças das associadas, elaborar o planejamento estratégico do setor, colaborar para o aperfeiçoamento da regulação governamental, coordenar ações institucionais de debates, divulgação e educação securitária e representar as associadas junto a

autoridades públicas e a entidades nacionais e internacionais do mercado de seguros.

A Conjuntura CNseg é uma análise mensal do estado dos segmentos de Seguros de Danos e Responsabilidades, Coberturas de Pessoas, Saúde Suplementar e Capitalização, com o objetivo de examinar aspectos econômicos, políticos e sociais que podem exercer influência sobre o mercado segurador brasileiro. Em meses de referência de fechamento de trimestre, esta publicação reúne também os Destaques dos Segmentos, a atualização das Projeções de Arrecadação, os Boxes Informativos Estatístico, Jurídico e Regulatório e o acompanhamento da Produção Acadêmica em Seguros.



Editorial



Marcio Serôa de Araujo Coriolano,
presidente da CNseg

O mês de agosto de 2019 – sem DPVAT e sem Saúde - não conseguiu repetir o mesmo desempenho do antecedente julho, ficando 6,2% abaixo daquele em arrecadação, mas foi superlativo com relação ao mesmo mês de agosto de 2018, tendo aumentado quase 13% na base anual. A taxa de crescimento da arrecadação acumulada até o mês foi de 11,5%, no mesmo nível de dois dígitos, portanto, observado até o mês de julho. Um crescimento de arrecadação de dois dígitos no ano maior do que este somente havia sido observado em 2015.

Na evolução anualizada, o setor de seguros avançou de 5,5% até julho para 6,9% até agosto (*). Com esse resultado, o crescimento da arrecadação setorial – sem DPAT e sem Saúde – já se encontra praticamente na média entre a projeção pessimista e a otimista para o ano de 2019 (5,3% a 8,7%).

Na ótica mensal, em agosto observou-se – sem Saúde e sem DPVAT – redução geral de 6,2% sobre julho, que havia sido de evolução significativa (16,8% sobre junho). Por outro lado, esse desempenho resultou positivo na ótica da comparação com um fraco agosto do ano anterior, 2018, com crescimento nominal de 12,7%.

A arrecadação geral de janeiro a agosto de 2019 (sem Saúde e sem DPVAT) foi de R\$ 174,8 bilhões. Nessa ótica acumulada de oito meses, como referido, o setor avançou 11,5% sobre igual período de 2018, mantendo o patamar de dois dígitos como o que foi observado no acumulado até julho (11,3%).

Como esta Conjuntura CNseg vem apontando, o crescimento do setor segurador tem se mostrado desigual, com os seus segmentos e ramos respondendo diversamente ao ciclo econômico e à preferência dos clientes. Então, a maior contribuição para aquele desempenho acumulado até agosto foi do segmento de Cobertura de Pessoas, que cresceu 14,5%.

Desta vez, os Planos de Acumulação VGBL e PGBL mantiveram trajetória de recuperação, tendo evoluído 15,2%, muito próximos dos Planos de Vida - Risco, com 15,6%. Já quanto ao segmento de Danos e Responsabilidades, cuja evolução foi bem menor, de 5,4%, o ramo Patrimonial, de grande participação relativa no segmento, permaneceu com forte desempenho (12,8%). Também novamente observaram avanço de dois dígitos, pela ordem, os ramos de Seguros Marítimos e Aeronáuticos, de Crédito e Garantias, de Responsabilidade Civil e o Seguro Rural. O segmento de Títulos de Capitalização subiu 11,5% na base de oito meses acumulados.

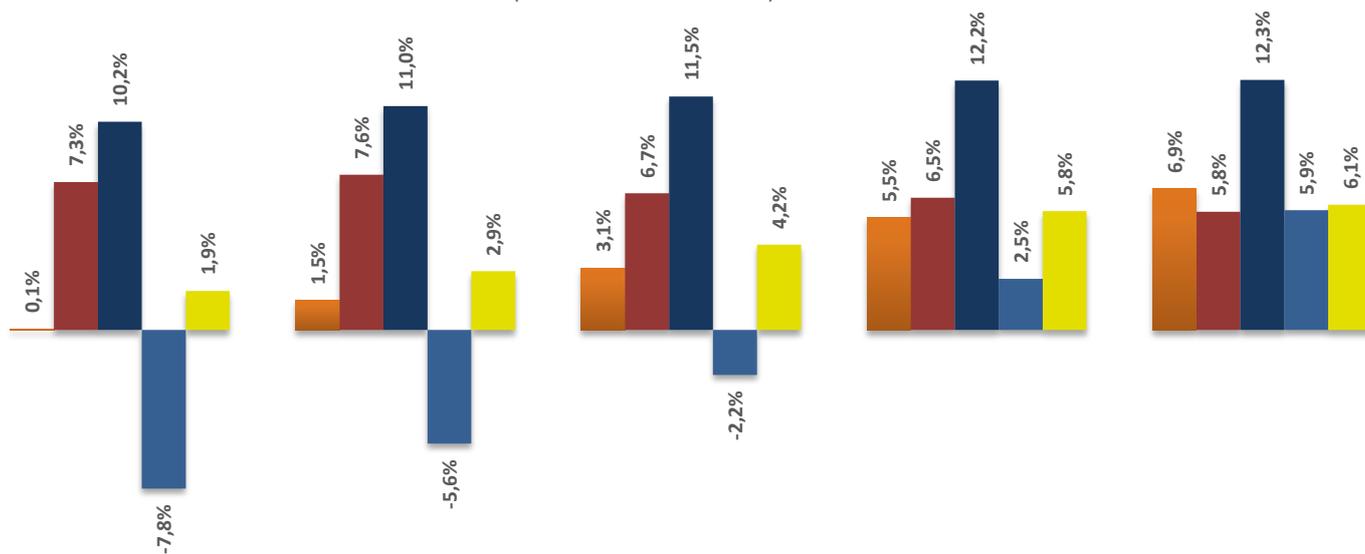
O desempenho nesses dois primeiros meses do segundo semestre de 2019 continua a reforçar uma nova tendência ascendente do comportamento anualizado, que já estava em perspectiva, evidenciada pela série de 12 meses móveis, que até abril mostrava virtual estabilidade, tendo crescido 1,5% com a inclusão do mês de maio, passou a 3,1% computado o mês de junho, chegou a 5,5% com julho e, agora, com agosto, está em 6,9% (*).

(*) Anualização: setembro/2018 a agosto/2019 sobre setembro/2017 a agosto/2018

Em seguida, no gráfico figuram as contribuições dos grandes segmentos de seguros para a taxa de crescimento total da arrecadação, ao longo da série de taxas de evolução anualizadas.

VARIAÇÃO NOMINAL DA ARRECADAÇÃO

(Var. % - 12 meses móveis)



até abr-19 / até abr-18

até mai-19 / até mai-18

até jun-19 / até jun-18

até jul-19 / até jul-18

até ago-19 / até ago-18

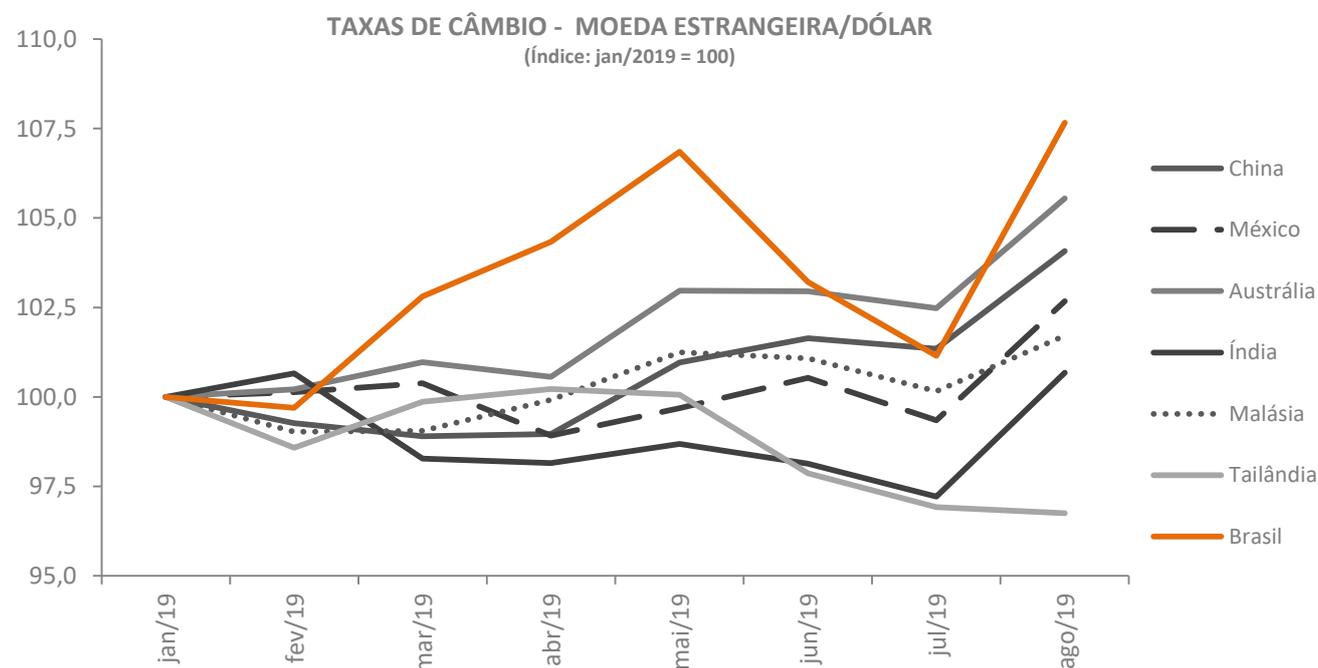
- Setor Segurador (sem DPVAT e Saúde)
- Danos e Responsabilidades (sem DPVAT)
- Cobertura de Pessoas - Planos de Risco
- Cobertura de Pessoas - Planos de Acumulação
- Capitalização

Economia Brasileira

Análise Conjuntural

As análises econômicas e políticas neste ano foram dominadas, até recentemente, pela pauta da reforma da Previdência. Apesar de alguns atrasos e dificuldades inerentes ao trâmite de uma reforma tão ampla e impactante, o Senado Federal aprovou seu texto-base em primeiro turno e, espera-se, concluirá todo o processo ainda este mês com a segunda votação no plenário. A despeito da aprovação de destaques que diminuem a economia total com a reforma – o que foi mal recebido pelos mercados, de maneira geral – a realidade é que, mesmo com as “desidratações” que têm ocorrido desde que a proposta foi enviada pelo Executivo ao Congresso, a reforma que deverá ser aprovada representa economia compatível com cenários otimistas traçados no início do ano e maior que aquelas propostas em outras tentativas de reforma, como a do governo Temer.

No entanto, enquanto a reforma da Previdência tramitava no Congresso, foi ficando cada vez mais claro que ela, apenas, não será suficiente para destravar a economia. As projeções de crescimento da economia neste ano e no ano que vem foram significativamente reduzidas. A Bolsa, após subir consistentemente entre maio e julho, vem experimentando grande volatilidade, com o Ibovespa flutuando nas cercanias dos 105 mil pontos. A taxa de câmbio R\$/US\$, que reverteu parte da depreciação sofrida no ano no mesmo período entre maio e julho, voltou a se depreciar. Ainda que tenha sido um movimento global, associado à valorização da moeda americana em meio às incertezas da economia mundial, como se vê na figura abaixo, mais uma vez o Real perdeu mais valor que seus pares, até mesmo comparado às moedas de outros países emergentes.



Isso ocorre não apenas porque o desafio fiscal brasileiro é grande, como demonstram as recentes discussões causadas pelos limites impostos por regras fiscais como a Regra de Ouro e o Teto de Gastos¹, mas também porque há muitos outros obstáculos ao crescimento em outras áreas que são de solução mais complexa e bem menos consensual que a reforma da Previdência, a exemplo da reforma tributária, da reforma administrativa, da independência operacional do Banco Central e, principalmente, da agenda de privatizações e concessões. Como temos enfatizado, a reforma da Previdência é condição necessária, mas não suficiente para a estabilização da economia e para seu crescimento sustentado.

No entanto, uma das principais razões para a inversão pessimista nas projeções dos analistas não está na economia brasileira, mas sim no cenário externo, que vem sofrendo deterioração considerável desde o começo do segundo semestre. A desaceleração da economia mundial – que parecia estar num horizonte relativamente distante – consolida-se nos indicadores de atividade de diversos países. Nos EUA, após um longo período de sinais mistos, os indicadores mais recentes mostram que a disputa comercial entre o país e a China começa a ter impacto mais forte, acendendo alertas para o desempenho do PIB da maior economia do mundo no terceiro trimestre. A indústria norte-americana, que já vinha apresentando arrefecimento, teve seu pior mês de setembro em uma década, segundo leitura do índice ISM de manufatura, que marcou 47,8 pontos (valores abaixo de 50 indicam contração). Há, agora, sinais de que a fraqueza da indústria pode estar se espalhando para o setor de serviços. Segundo o ISM de não-manufaturas de setembro, o setor mais importante da economia americana continua a crescer, mas no ritmo mais lento dos últimos três anos. Os dados mais recentes do mercado de trabalho também despertaram alguma preocupação: apesar do desemprego permanecer em mínimas históricas (3,5%), o crescimento dos salários médios e a geração de vagas cresceram em ritmo inferior ao esperado. Na China, por sua vez, os dados mais

recentes vieram um pouco melhores que o esperado, sugerindo alguma estabilidade. Apesar disso, são diversos os sinais de que a economia chinesa enfrenta significativa desaceleração e isso dificilmente mudará nos próximos trimestres.

Enquanto isso, outras economias que estão fortemente integradas às cadeias de produção global, a exemplo da Alemanha – maior economia da Zona do Euro –, também têm sido afetadas pela redução do fluxo comercial entre fronteiras. E as perspectivas, infelizmente, não são boas: a OMC (Organização Mundial do Comércio) reduziu sua projeção para o crescimento do comércio mundial em 2019 de 2,6% para apenas 1,2%. Para que se tenha ideia do tamanho de tal redução, em 2018 – que já não foi dos anos mais positivos para esse indicador – o crescimento foi de 3,0%. Segundo a organização, indicadores relacionados ao comércio sinalizam trajetória inquietante, tendo como base a demanda de exportações globais e a incerteza das políticas econômicas. Ainda segundo a entidade, no primeiro semestre deste ano, o crescimento das importações e exportações diminuiu em todas as regiões, tanto em países desenvolvidos como em desenvolvimento. A notícia de que essa mesma instituição autorizou os EUA a retaliar a União Europeia em mais de US\$ 7 bilhões devido à permanência de subsídios coordenados oferecidos pelos europeus à fabricante de aeronaves Airbus em detrimento da norte-americana Boeing tampouco é positiva para as perspectivas de crescimento do comércio global.

A piora da crise econômica na Argentina, que já custou alguns pontos na taxa de crescimento brasileira, deve exercer pressão adicional, dada a importância do país vizinho em nossa pauta de exportação, principalmente de manufaturados. A complicada situação política em que se envolveu o Peru, onde a Presidência e o Congresso se enfrentam, os fortes protestos desencadeados pelo aumento no preço dos combustíveis no Equador, além da iminente e potencialmente tensa eleição presidencial na Bolívia, representam novos focos de instabilidade em nossa região. Enquanto isso, o contexto geopolítico no

¹ Uma breve explicação das duas regras fiscais citadas estão no Glossário desta publicação.

restante do mundo se torna cada vez mais complexo, como mostram a escalada da violência nos protestos contra o governo chinês em Hong Kong, o aumento da tensão no Oriente Médio após os ataques de drones a duas das principais instalações petrolíferas da Arábia Saudita e as complicações da emaranhada trama do *Brexit* do Reino Unido.

De volta ao Brasil, após os principais indicadores de atividade terem apresentado sinais difusos em julho, mostrando que a economia entrou no segundo semestre em ritmo ainda bastante moderado de crescimento, a Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF), que havia exibido quadro desfavorável naquele mês, apresentou bons resultados em agosto. A variação de 0,8% em relação a julho na série livre de efeitos sazonais é a primeira expansão por essa métrica depois de três meses consecutivos de queda. Houve influências positivas tanto da indústria extrativa (+6,6%), que vinha apresentando resultados ruins por conta do desastre de Brumadinho, como da indústria manufatureira (+0,2%). Além disso, os dados de julho e junho foram revisados levemente para cima. No entanto, é importante destacar que tal crescimento não foi disseminado entre os diversos segmentos da indústria: dos 26 ramos de atividade pesquisados pelo IBGE, apenas 10 registraram aumento no mês. Em 12 meses, a produção industrial passou de -1,3% em julho para -1,7% em agosto. No acumulado do ano, o setor ainda acumula queda de 1,7%.

Se os resultados da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) e da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) de agosto também vierem positivos na margem, aumentam as chances de que o desempenho do PIB no terceiro trimestre seja mais favorável do que o antecipado.

A permanente fraqueza de demanda, aliada a fatores pontuais como os preços do grupo alimentação e bebidas em baixa, principalmente a inflação no domicílio, continua a influenciar a inflação e limitar os possíveis efeitos que o repasse da desvalorização do câmbio poderia ter nos preços ao consumidor. Após o IPCA de agosto ter registrado variação de apenas 0,11%, o IPCA-

15 de setembro, prévia da inflação oficial, registrou variação de apenas 0,09%. O IPCA de setembro, por fim, apresentou deflação de 0,04%, bastante abaixo do esperado pelos analistas. Trata-se da mais baixa variação para o mês desde 1998. O índice de difusão – percentual de preços que se ajustam – caiu de 54,3% em agosto para 47,3%, valor consideravelmente mais baixo que a média histórica. Com o resultado, o índice acumula alta de 2,49% no ano. Em 12 meses, registra avanço de apenas 2,89%, significativamente abaixo da meta de 4,25% estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) para este ano. A consolidação de um cenário inflacionário benigno (apesar da recente desvalorização do real), a alta capacidade ociosa da economia, as expectativas inflacionárias abaixo da meta e o desfecho da reforma da Previdência no Congresso permitiram que a autoridade monetária reduzisse a taxa Selic na última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) de 6,00% para 5,50%. As sinalizações contidas no comunicado divulgado logo após a decisão e na ata da reunião indicaram que os juros básicos podem cair para abaixo de 5,00% este ano, como analisaremos na próxima seção.

Após a diminuição da incerteza associada ao cenário interno por conta do andamento da reforma da Previdência, o maior foco de incerteza passou a ser o cenário externo. Continuamos a acreditar que o Brasil, se conseguir caminhar em uma agenda consistente de reformas e práticas amigáveis ao mercado – como um programa de privatizações e concessões, reforma tributária, independência do Banco Central, além da redução da burocracia e abertura comercial – pode se tornar relativamente atrativo, impulsionando, em um cenário otimista, a recuperação da economia já no final deste ano, ganhando mais tração no ano que vem. A maior liquidez global causada pela redução generalizada dos juros ao redor do mundo (associada ao fundamental controle das contas públicas nacionais) pode representar uma janela de oportunidade para que o País experimente, pela primeira vez em sua história econômica, taxas de inflação e de juros reais estruturalmente mais baixas, estimulando a economia de maneira sustentada.

Isso parece se manifestar nas medidas de risco soberano que, como mostra a figura a seguir, mesmo com a forte desvalorização do câmbio, permanecem em níveis baixos.

As condições para isso estão, aos poucos e desde o governo Temer, sendo dadas, mas essa transição não tem sido fácil. Não se deve perder de vista, entretanto, os avanços que vêm ocorrendo e que podem ter impacto positivo para o crescimento econômico no futuro.

RISCO-BRASIL E TAXA DE CÂMBIO



Fonte: JP Morgan e Banco Central do Brasil

— EMBI - Risco Brasil - eixo da esquerda — Taxa de câmbio - R\$/US\$ - eixo da direita

Acompanhamento das Expectativas Econômicas

(data de corte: 07/10/2019)

Notas	Variável	Realizado no ano*	Realizado 12 meses	Valores projetados para 2019				
				Atual	Anterior	4 semanas	13 semanas	Início do ano
				04/10/19	27/09/19	06/09/19	05/07/19	04/01/19
4	PIB	0,74%	0,96%	0,87%	0,87%	0,87%	0,82%	0,87%
2	Produção Industrial (quantum)	-1,70%	-1,66%	-0,65%	-0,54%	-0,29%	0,70%	-0,65%
4	PIB Indústria	-0,40%	-0,12%	0,24%	0,24%	0,32%	0,54%	0,24%
4	PIB de Serviços	1,17%	1,17%	1,20%	1,20%	1,28%	1,32%	1,20%
4	PIB Agropecuário	0,13%	1,06%	0,74%	0,74%	0,70%	0,90%	0,74%
2	IPCA	2,54%	3,43%	3,42%	3,43%	3,54%	3,80%	3,42%
1	IGP-M	4,10%	3,38%	5,18%	5,18%	5,48%	6,59%	5,18%
1	SELIC	5,71%	5,71%	4,75%	4,75%	5,00%	5,50%	4,75%
1	Câmbio	4,16	4,16	4,00	4,00	3,87	3,80	4,00
2	Dívida Líquida do Setor Público (% do PIB)	54,84%	54,84%	56,10%	56,30%	56,57%	56,10%	56,10%
2	Conta-Corrente (em US\$ bi)	-30,28	-33,85	-26,50	-26,00	-22,00	-22,80	-26,50
2	Balança Comercial (em US\$ bi)	27,16	46,76	50,55	51,71	52,00	51,50	50,55
2	Investimento Direto no País (em US\$ bi)	41,21	71,99	83,00	83,40	85,00	85,00	83,00
2	Preços Administrados	4,16%	3,74%	4,32%	4,40%	4,60%	5,00%	4,32%

Fontes: SGS (BCB) e SIDRA (IBGE). Data de corte: 07/10/2019

Notas: 1- dados até setembro/19; 2- dados até agosto/19; 4- dados até junho/19

*Vide nota de referência de período.

Notas	Variável	Realizado no ano*	Realizado 12 meses	Valores projetados para 2020				
				Atual	Anterior	4 semanas	13 semanas	Início do ano
				04/10/19	27/09/19	06/09/19	05/07/19	04/01/19
4	PIB	0,74%	0,96%	2,00%	2,00%	2,07%	2,20%	2,50%
2	Produção Industrial (quantum)	-1,70%	-1,66%	2,29%	2,10%	2,75%	3,00%	3,00%
4	PIB Indústria	-0,40%	-0,12%	2,20%	2,20%	2,28%	2,60%	3,08%
4	PIB de Serviços	1,17%	1,17%	2,10%	2,10%	2,10%	2,45%	2,55%
4	PIB Agropecuário	0,13%	1,06%	2,80%	2,80%	2,80%	2,70%	3,00%
2	IPCA	2,54%	3,43%	3,78%	3,79%	3,82%	3,91%	4,00%
1	IGP-M	4,10%	3,38%	4,02%	4,03%	4,07%	4,10%	4,00%
1	SELIC	5,71%	5,71%	5,00%	5,00%	5,25%	6,00%	8,00%
1	Câmbio	4,16	4,16	3,95	3,91	3,85	3,80	3,80
2	Dívida Líquida do Setor Público (% do PIB)	54,84%	54,84%	58,30%	58,15%	58,55%	58,30%	58,65%
2	Conta-Corrente (em US\$ bi)	-30,28	-33,85	-33,00	-33,00	-31,33	-33,00	-38,00
2	Balança Comercial (em US\$ bi)	27,16	46,76	47,50	48,20	49,00	46,40	47,25
2	Investimento Direto no País (em US\$ bi)	41,21	71,99	84,00	83,20	84,68	84,68	84,44
2	Preços Administrados	4,16%	3,74%	4,10%	4,17%	4,30%	4,40%	4,00%

Fontes: SGS (BCB) e SIDRA (IBGE). Data de corte: 07/10/2019

Notas: 1- dados até setembro/19; 2- dados até agosto/19; 4- dados até junho/19

*Vide nota de referência de período.

Os analistas responsáveis pelas projeções compiladas do relatório Focus, do Banco Central, alteraram pouco suas projeções para o crescimento da economia no último mês: para este ano, a projeção mediana se manteve nos mesmos 0,87% de quatro semanas atrás. Para o ano que vem, foi levemente reduzida de 2,07% para 2,00%. Entretanto, movimentos mais marcantes foram registrados nos ajustes das projeções para a taxa de câmbio, para a taxa básica de juros, a Selic e para a inflação.

A projeção para a inflação medida pelo IPCA continua a ceder semana após semana, na esteira de resultados mensais baixos para a inflação oficial: no último mês, passou de 3,54% para 3,42% em 2019 e, em 2020, de

3,82% para 3,78%. Ambas as projeções estão abaixo do centro da meta de inflação estabelecida pelo CMN (Conselho Monetário Nacional), de 4,25% e 4,00%, respectivamente.

Já as projeções para a taxa de câmbio, seguindo o comportamento que costumamos destacar em nossas análises – de se ajustarem mais lentamente que a projeção para outras variáveis – continuaram a subir, seguindo a intensa desvalorização do real no período: para o final deste ano, foi ajustada de R\$/US\$ 3,87 para R\$/US\$ 4,00. Para o final do ano que vem, de R\$/US\$ 3,85 para R\$/US\$ 3,95.

Repercutindo a redução da taxa básica de juros de 6,00% para 5,50%, pelo Copom, e as mensagens contidas no comunicado e nas projeções divulgadas logo após a decisão, a mediana da projeção para a Selic ao final deste ano foi reduzida de 5,00% para 4,75% no último mês. Para o ano que vem, a projeção para a taxa básica de juros caiu de 5,25% para 5,00% no mesmo período. Com isso, a mediana do mercado espera agora uma nova redução de 50bps na próxima reunião do Copom, no final de outubro, e outra de 25bps na última reunião do ano, em dezembro. Há, porém, manifestações de alguns analistas demonstrando considerável desconforto com a permanente desvalorização da taxa de câmbio e seus possíveis efeitos sobre a inflação no horizonte relevante para a política monetária e, em curto prazo, sobre as expectativas dos agentes econômicos. Para esse grupo, uma redução dos juros para além dos 5,00% poderia ser contraproducente, pois aumentaria a volatilidade da

cotação do dólar. Na ata da última reunião, divulgada na semana seguinte à decisão, a autoridade monetária afirma que “o risco de cenários adversos para ativos de risco parece ter se intensificado” – o que foi interpretado como sinal de que a depreciação cambial pode sim limitar a queda da Selic. Será importante, portanto, observar o comportamento da taxa de câmbio nos próximos meses e, principalmente, seus efeitos sobre a inflação e as expectativas. Por enquanto, não há sinais de que o mercado acredite em um forte repasse da desvalorização cambial aos preços: a projeção para o IGP-M – índice de inflação mais sensível ao câmbio – para 2019 foi reduzida de 5,48% para 5,18% nas últimas quatro semanas. Para 2020, a redução foi de 4,07% para 4,02%. Além disso, os patamares muito baixos da inflação corrente (confirmados pelos números do IPCA de setembro) reforçam a probabilidade de Selic abaixo dos 5,00% no final deste ano.

Mercado Segurador

Análise de Desempenho

O setor segurador arrecadou R\$ 24,1 bilhões em agosto de 2019 (sem Saúde Suplementar), com uma taxa de crescimento de 11,5%, em relação ao mesmo mês do ano anterior. Ao excluir da métrica o prêmio do DPVAT, o crescimento sobe para 12,7% e o montante arrecadado passa para R\$ 23,9 bilhões no mesmo período de comparação. Em relação ao acumulado até agosto de 2019, o montante arrecadado foi de R\$ 174,8 bilhões (sem Saúde e sem DPVAT), representando um crescimento de 11,5% em relação ao mesmo período do ano anterior.

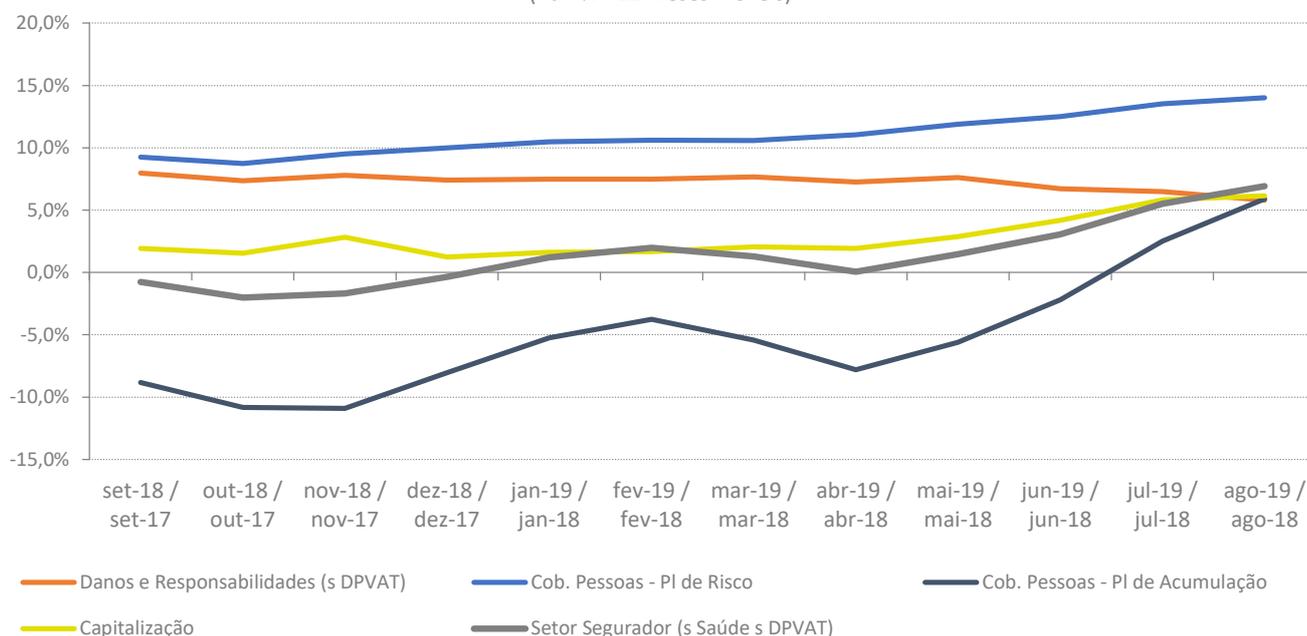
Olhando as taxas anualizadas do setor, ou seja, comparando o acumulado em 12 meses no ano com o mesmo período do ano anterior, é possível observar a tendência evolutiva do setor e dos seus produtos. O gráfico a seguir evidencia o

referido movimento e mostra um viés ascendente para todos os segmentos, com exceção aos seguros de Danos e Responsabilidades que vêm apresentando uma leve tendência de desaceleração.

O setor segurador, sem Saúde e sem DPVAT, apresentou um crescimento anualizado de 6,9% em agosto de 2019, evidenciando um avanço de 7,7 p.p. sobre a taxa observada em setembro de 2018 (-0,8%). O grande motor dessa recuperação tem sido o segmento de Coberturas de Pessoas, com destaque aos Planos de Acumulação que, na mesma comparação, saiu de uma taxa de -8,8% em setembro de 2018 para 5,9% em agosto de 2019. Os títulos de Capitalização vêm acompanhando a referida recuperação, apresentando taxas anualizadas crescentes desde abril de 2019.

EVOLUÇÃO DO SETOR SEGURADOR

(Var. % - 12 meses móveis)



Fonte: Susep

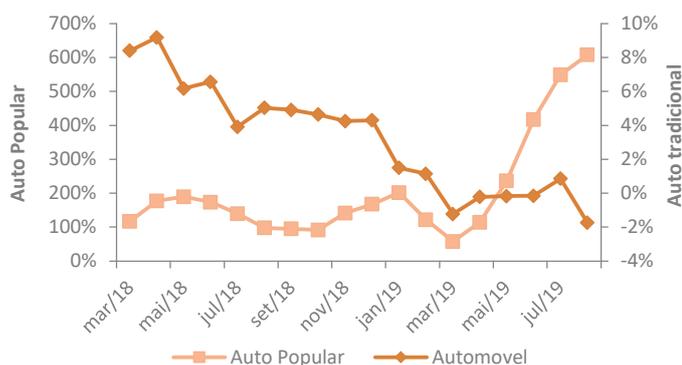
O segmento dos seguros de Danos e Responsabilidades apresentou um crescimento de 2,0% na comparação entre agosto de 2019 e de 2018. Nos oito primeiros meses do ano, o segmento arrecadou R\$ 49,1 bilhões em prêmios diretos, acumulando um crescimento de 5,4% em relação ao mesmo período do ano anterior, inferior aos 6,0% observados na mesma métrica até julho.

O desempenho mais modesto tem forte influência dos seguros de Automóvel – carteira mais representativa do segmento -, com quase 50% do total de prêmios. Em agosto, a variação da arrecadação contra o mesmo mês do ano passado foi de -4,0%, fazendo com que a sua taxa anualizada saísse de 1,7% até julho para 0,8% até agosto. Já no acumulado do ano, a queda observada foi de 0,5%.

Como já destacado na última Conjuntura, o seguro Auto Popular vem chamando atenção em razão de seu desempenho particularmente interessante que, mesmo com um volume ainda pequeno em prêmios, cresce a taxas cada vez mais robustas. Como pode ser observado no gráfico a seguir, o crescimento dos seguros de Automóvel tradicional vem caindo desde o início do ano passado, enquanto isso, o seguro Auto Popular cresce a taxas entre 100% e 200%, chegando a mais de 500% desde meados do primeiro trimestre de 2019. O robusto crescimento do produto nos últimos dois anos – principalmente quando contrastado com o produto tradicional – mostra a crescente demanda pelo produto.

SEGURO AUTOMÓVEL E SEGURO AUTO POPULAR

(ac. em 3 meses/mesmos 3 meses do ano anterior)



Fonte: Susep

Um dos fatores que pode estar influenciando o seguro de Automóvel tradicional tem relação com o baixo crescimento econômico do País, que não tem sido suficiente para estimular o aumento da renda de maneira consistente e robusta. Mesmo com os dados de emprego gradativamente melhores, como mostram as divulgações da PNAD¹ e do CAGED², a renda cresce pouco ou quase nada em termos reais, indicando que os empregos que estão sendo gerados são, em média, de remuneração mais baixa. Muito disso está associado ao aumento da informalidade, mas não apenas. Estudo recente do IPEA, feito com dados do CAGED (e que, portanto, contempla apenas os empregos celetistas), mostra que apenas as duas primeiras faixas salariais (até dois salários mínimos) têm saldos positivos de geração de empregos em 2019. Para os níveis salariais mais altos, a dispensa de trabalhadores é maior que o total de admissões.

Com a redução da renda e do nível de emprego, o interesse por produtos alternativos tende a crescer. Dados do Google Trends³ confirmam o forte aumento do interesse pelo termo “proteção veicular” nos últimos anos, conforme gráfico abaixo:

RENDA E PROTEÇÃO VEICULAR

(Índice do Google Trends e Var. % real)



Fonte: IBGE e Google Trends

Seguindo a análise dos seguros de Danos e Responsabilidades, em agosto de 2019, o grupo Patrimonial apresentou um crescimento de 18,3% em relação ao mesmo mês do ano anterior, tendo como destaque para os Grandes Riscos, com uma variação de 79,5%, no mesmo período supracitado.

¹ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do IBGE

² Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho

³ Métrica de buscas do Google.

O grupo de Transportes apresentou, em agosto, um crescimento de 8,3% em relação ao mesmo mês do ano anterior. O desempenho dos produtos Embarcador Nacional e Embarcador Internacional, que estão inseridos nesse grupo, guarda estreita correlação com o desempenho do comércio exterior brasileiro. Como mostra o gráfico abaixo, as variações do valor corrente de comércio (resultado da soma das exportações e das importações) estão correlacionadas com as variações da arrecadação do Embarcador Nacional quase contemporaneamente e, com o Embarcador Internacional, com alguma defasagem. Apesar de alguns desvios no curto prazo, as tendências em comum são claras:



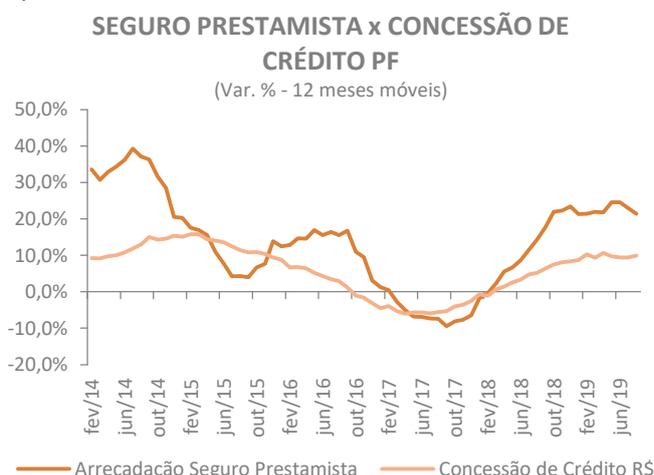
Em relação ao demais produtos, vale a pena mencionar: Crédito e Garantia que, apesar de acumular um crescimento de 18,4% nos oito primeiros meses de 2019, apresentou uma variação de -9,7% na comparação entre agosto de 2019 e de 2018; Garantia Estendida que apresentou um crescimento de 6,8% na comparação interanual de agosto, em linha com o crescimento de 6,5% observado no acumulado em 2019 em relação a 2018; e Rural que cresceu 8,7% em agosto de 2019 em relação ao ano anterior, acumulando um avanço de 13,4% em cima do resultado de 2018.

O segmento de Coberturas de Pessoas, conforme citado anteriormente, tem mostrado um desempenho robusto e

crecente nos últimos meses. Com uma arrecadação de R\$ 15,5 bilhões em agosto de 2019, sua taxa de crescimento foi de 19,5%, em comparação com o mesmo mês do ano anterior, sedimentando mais um mês de resultados positivos em seu histórico recente.

Os Planos de Risco em Coberturas de Pessoas, em agosto deste ano, apresentaram um crescimento de 13,6% em relação ao mesmo mês de 2018. Consolidando mais um período com resultados a dois dígitos e fazendo com que, no acumulado até agosto, sua taxa de crescimento chegasse a 15,6% em relação ao mesmo período em 2018. Quanto às taxas anualizadas, isto é, na comparação em 12 meses móveis, o subsegmento vem apresentando crescimento constante desde outubro de 2018, quando a taxa anualizada foi de 8,7%, caminhando para atual taxa, em agosto de 2019, de 14,0%.

O seguro Prestamista, produto que vem se destacando devido a sua performance consistentemente positiva e robusta, apresentou arrecadação de R\$ 1,2 bilhão em agosto, com taxa de crescimento de 19,3% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Esse produto, por ser um dispositivo de garantia em operações de crédito, que auxilia a redução do risco do credor, é impulsionado pela oferta de crédito na economia, conforme é possível observar no gráfico a seguir. Portanto, em um cenário de oferta de crédito positiva, com aumento da renda real, o seguro Prestamista tende a sustentar esse resultado positivo.



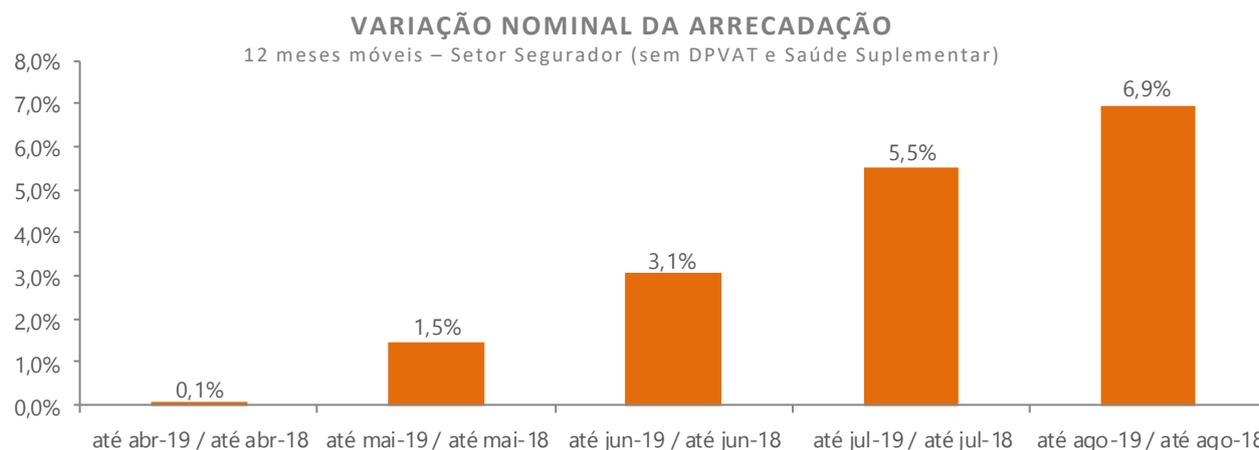
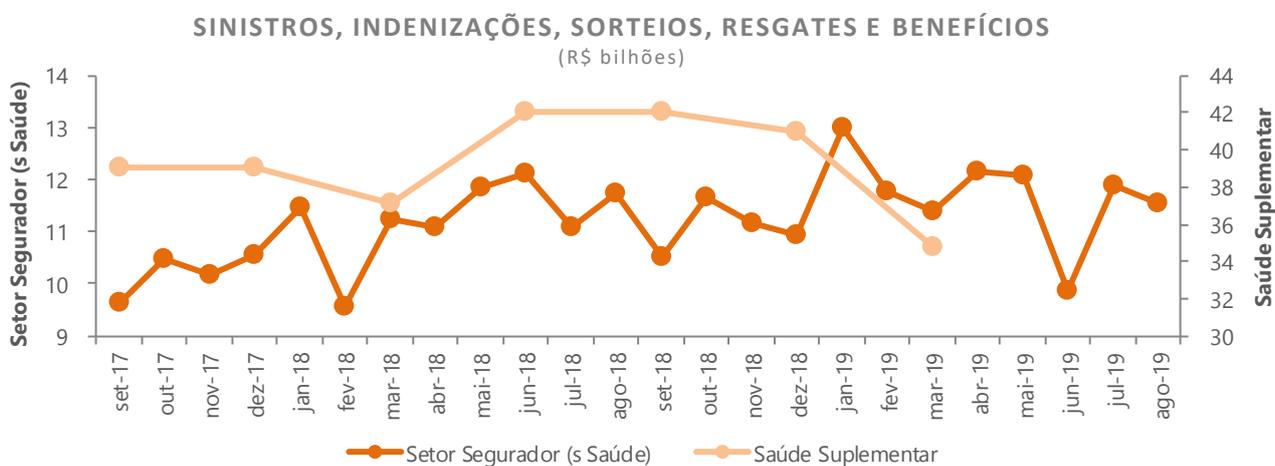
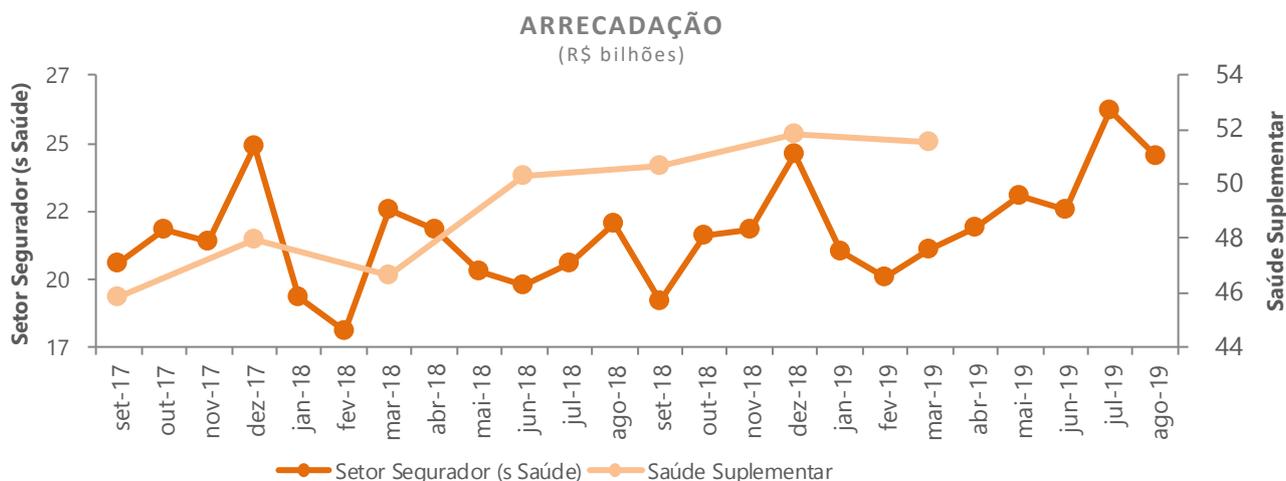
Os Planos de Acumulação em Coberturas de Pessoas avançaram, em agosto de 2019, 23,6% em relação ao mesmo mês do ano passado. Nos oito primeiros meses do ano, esse subsegmento tem acumulado em contribuição o total de R\$ 79,1 bilhões, equivalente a 15,2% a mais do resultado observado no mesmo período em 2018. Seu principal produto, a Família VGBL, é responsável por mais de 90% do resultado total, apresentando um crescimento de 25,3% em agosto de 2019, em relação ao mesmo período do ano anterior.

Os Títulos de Capitalização faturaram um total de R\$ 1,9 bilhão em agosto, representando um modesto crescimento de 2,6%, em relação ao ano anterior. Tal resultado evidencia uma forte desaceleração quando são analisadas as taxas mensais observadas anteriormente - de 19,8% em julho, por exemplo. No entanto, o referido

resultado não deve ser encarado com pessimismo, uma vez que, no acumulado do ano, o resultado para o segmento ainda é bastante positivo, com uma taxa de 11,4%, na comparação com os oito primeiros meses de 2018.

Resumo Estatístico

Setor Segurador (data de corte: 30/09/19)

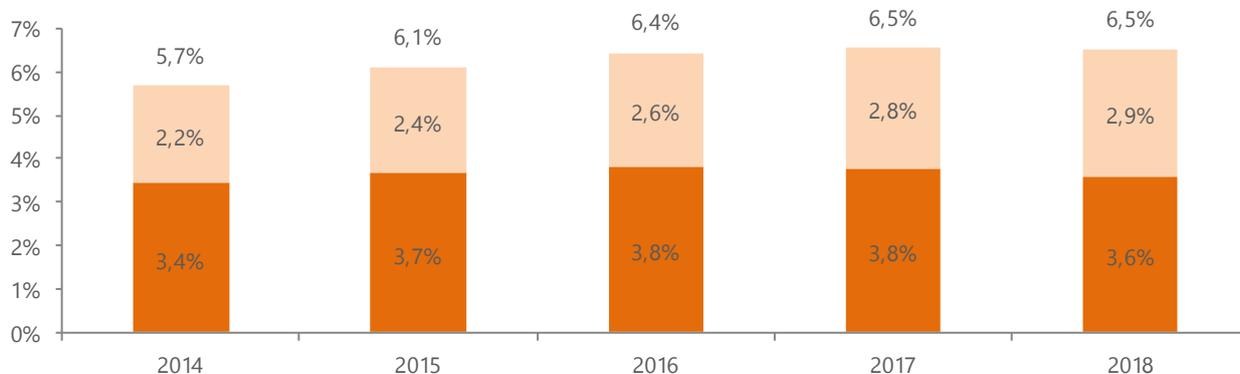


Notas: 1) Os dados da ANS foram alocados no último mês de cada trimestre, pois sua publicação é feita a cada três meses. Os dados provenientes da SUSEP são de periodicidade mensal. 2) Em Saúde Suplementar, por questões metodológicas, os valores apresentados podem diferir dos informados pela ANS e FenaSaúde.
Fonte: DIOPS (ANS); Sala de Situação (ANS); SES (SUSEP); SGS (BCB)

Arrecadação							
(em milhões R\$)							
Setor Segurador (sem Saúde Suplementar)	Até agosto			Variação %	agosto	agosto	Variação %
	2018	2019	2018		2019		
1	Danos e Responsabilidades (s DPVAT)	46.591,79	49.126,38	5,44%	6.394,74	6.521,10	1,98%
1.1	Automóvel	23.905,91	23.788,41	-0,49%	3.317,85	3.185,64	-3,98%
1.1.1	Acidentes Pessoais de Passageiros	394,39	414,16	5,01%	53,92	54,16	0,45%
1.1.2	Casco	16.531,69	16.065,99	-2,82%	2.287,91	2.102,11	-8,12%
1.1.3	Responsabilidade Civil Facultativa	5.266,22	5.193,42	-1,38%	724,56	698,43	-3,61%
1.1.4	Outros	1.713,62	2.114,85	23,41%	251,45	330,94	31,62%
1.3	Patrimonial	7.886,59	8.894,54	12,78%	1.025,62	1.213,58	18,33%
1.3.1	Massificados	5.876,79	6.479,31	10,25%	801,18	829,58	3,54%
1.3.1.1	Compreensivo Residencial	1.998,76	2.093,34	4,73%	270,28	260,30	-3,69%
1.3.1.2	Compreensivo Condominial	300,31	306,00	1,89%	41,54	40,85	-1,67%
1.3.1.3	Compreensivo Empresarial	1.576,59	1.713,51	8,68%	227,82	235,50	3,37%
1.3.1.4	Outros	2.001,13	2.366,46	18,26%	261,54	292,93	12,00%
1.3.2	Grandes Riscos	1.793,38	2.071,63	15,52%	200,67	360,24	79,51%
1.3.3	Risco de Engenharia	216,41	343,60	58,77%	23,77	23,77	0,02%
1.4	Habitacional	2.672,02	2.757,59	3,20%	342,67	351,31	2,52%
1.5	Transportes	2.005,92	2.179,28	8,64%	278,34	301,37	8,28%
1.5.1	Embarcador Nacional	609,79	645,84	5,91%	61,12	68,59	12,21%
1.5.2	Embarcador Internacional	324,53	348,92	7,52%	37,71	33,41	-11,40%
1.5.3	Transportador	1.071,60	1.184,51	10,54%	179,51	199,38	11,07%
1.6	Crédito e Garantia	2.769,88	3.279,86	18,41%	421,07	380,21	-9,70%
1.7	Garantia Estendida	2.001,71	2.131,06	6,46%	243,24	259,90	6,85%
1.8	Responsabilidade Civil	1.124,80	1.316,56	17,05%	176,75	180,63	2,20%
1.8.1	Responsabilidade Civil D&O	252,28	312,12	23,72%	49,53	53,15	7,30%
1.8.2	Outros	872,52	1.004,44	15,12%	127,22	127,48	0,21%
1.9	Rural	3.028,56	3.433,91	13,38%	492,45	535,52	8,75%
1.10	Marítimos e Aeronáuticos	461,51	600,98	30,22%	50,19	50,43	0,48%
1.10.1	Marítimos	233,48	276,89	18,59%	23,20	21,98	-5,26%
1.10.2	Aeronáuticos	228,03	324,09	42,13%	26,99	28,45	5,41%
1.11	Outros	734,88	744,18	1,27%	46,56	62,50	34,24%
2	Coberturas de Pessoas	96.202,04	110.150,16	14,50%	12.966,55	15.490,94	19,47%
2.1	Planos de Risco	24.805,29	28.673,13	15,59%	3.295,02	3.743,76	13,62%
2.1.1	Vida	9.754,38	11.551,04	18,42%	1.325,24	1.589,56	19,95%
2.1.2	Prestamista	7.393,75	9.168,81	24,01%	972,56	1.159,99	19,27%
2.1.3	Viagem	334,95	402,44	20,15%	39,86	43,92	10,19%
2.1.4	Outros	7.322,21	7.550,84	3,12%	957,37	950,29	-0,74%
2.2	Planos de Acumulação	68.618,50	79.062,49	15,22%	9.278,18	11.466,91	23,59%
2.2.1	Família VGBL	63.050,77	73.195,07	16,09%	8.587,07	10.762,36	25,33%
2.2.2	Família PGBL	5.567,73	5.867,42	5,38%	691,11	704,55	1,94%
2.3	Planos Tradicionais	2.778,25	2.414,53	-13,09%	393,34	280,27	-28,75%
3	Capitalização	13.918,52	15.502,12	11,38%	1.862,74	1.910,47	2,56%
=1+2+3	Setor Segurador (s DPVAT)	156.712,35	174.778,66	11,53%	21.224,02	23.922,52	12,71%
4	DPVAT	3.682,69	1.701,20	-53,81%	348,78	131,79	-62,21%
=1+2+3+4	Setor Segurador	160.395,04	176.479,86	10,03%	21.572,80	24.054,31	11,50%

Nota: Valores referentes ao ramo total misto foram incluídos na parte de planos de risco, embora apresente características mistas de risco e acumulação.
Fonte: SES (SUSEP)

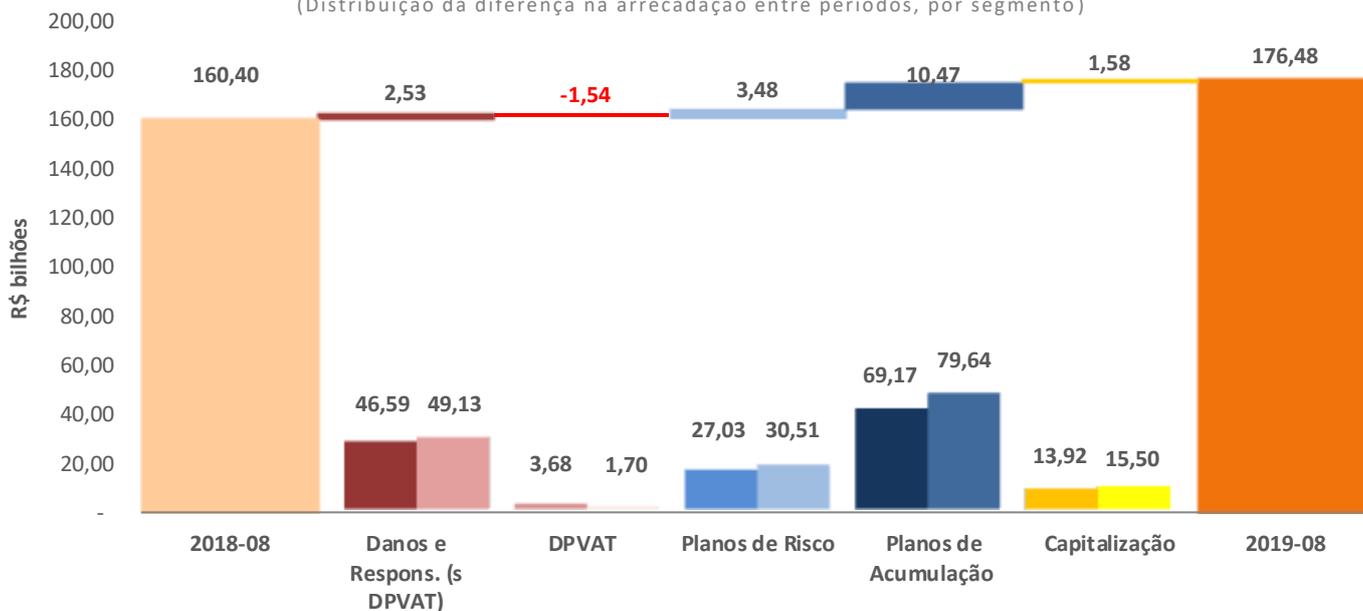
PENETRAÇÃO DA ARRECAÇÃO NO PIB



■ Penetração da Arrecadação no PIB - Setor Segurador (s Saúde) ■ Penetração da Arrecadação no PIB - Saúde Suplementar

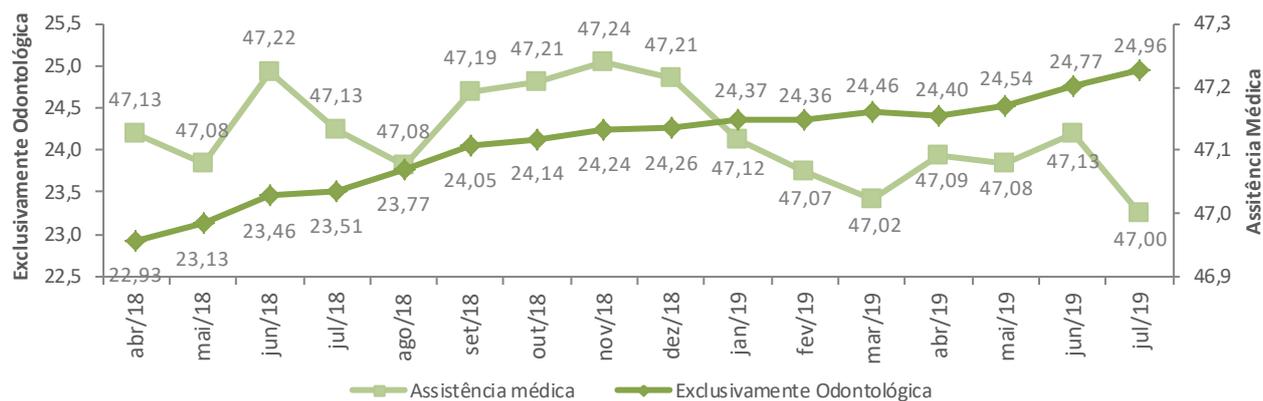
DANOS E RESPONSABILIDADES (SEM DPVAT) + DPVAT + PLANOS DE RISCO + PLANOS DE ACUMULAÇÃO + CAPITALIZAÇÃO

(Distribuição da diferença na arrecadação entre períodos, por segmento)



BENEFICIÁRIOS EM PLANOS DE SAÚDE

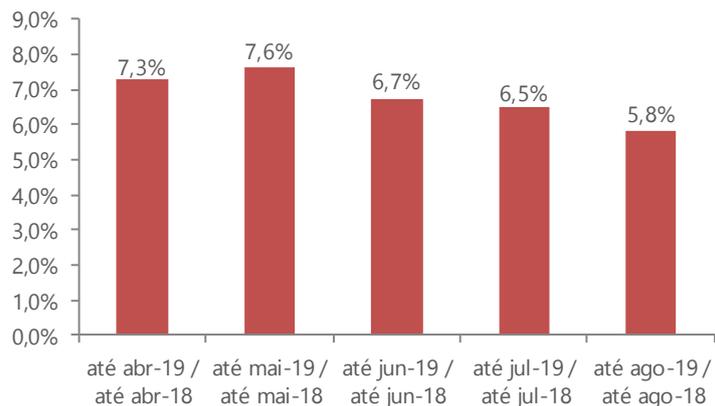
(em milhões de usuários)



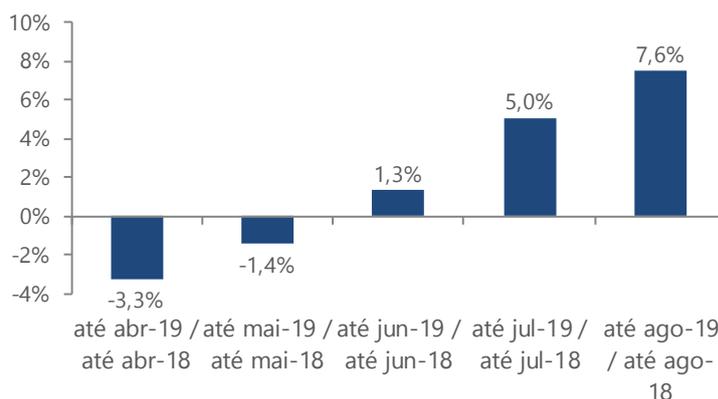
Nota: Em Saúde Suplementar, por questões metodológicas, os valores apresentados podem diferir dos informados pela ANS e FenaSaúde.
Fontes: DIOPS (ANS); Sala de Situação (ANS); SES (SUSEP); SGS (BCB)

VARIAÇÃO NOMINAL DA ARRECADAÇÃO 12 MESES MÓVEIS

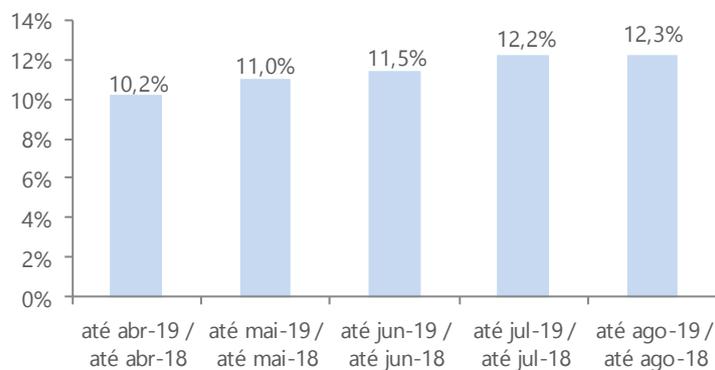
Danos e Responsabilidades(sem DPVAT)



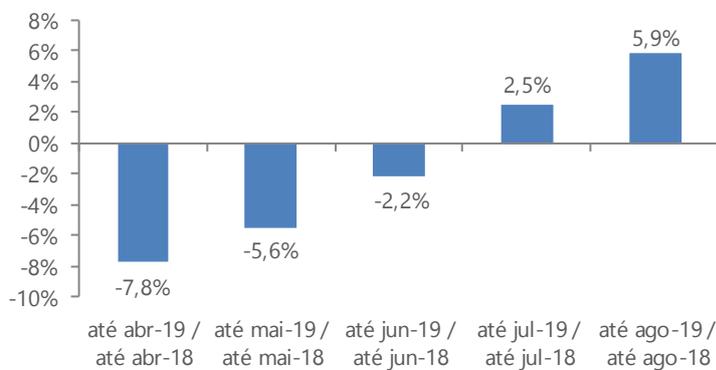
Cobertura de Pessoas



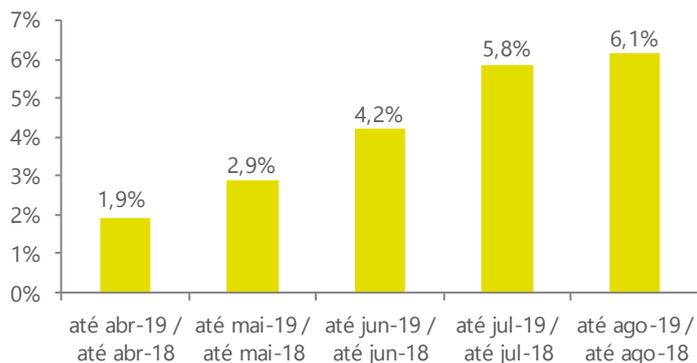
Cobertura de Pessoas – Planos de Risco



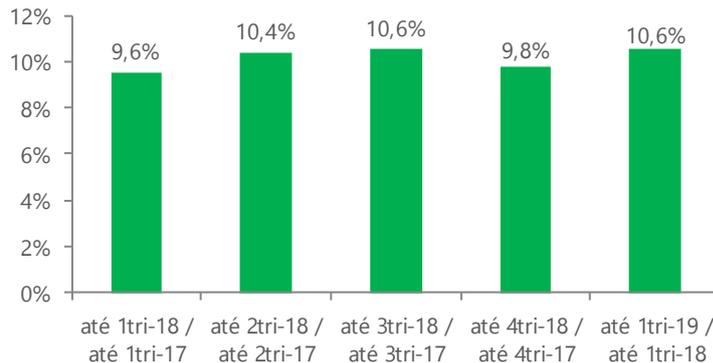
Cobertura de Pessoas – Planos de Acumulação



Capitalização

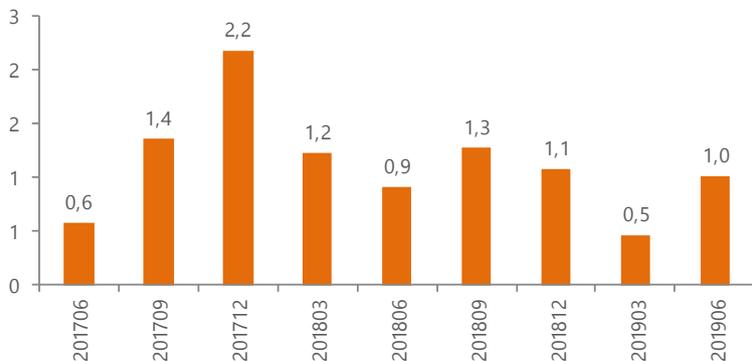


Saúde Suplementar

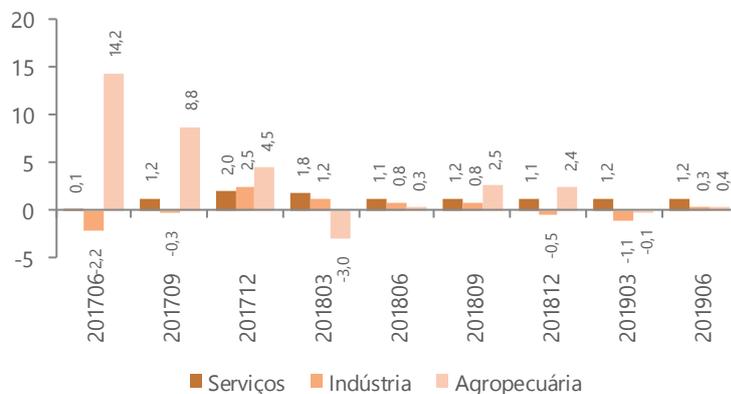


Indicadores Econômicos (data de corte: 30/09/19)

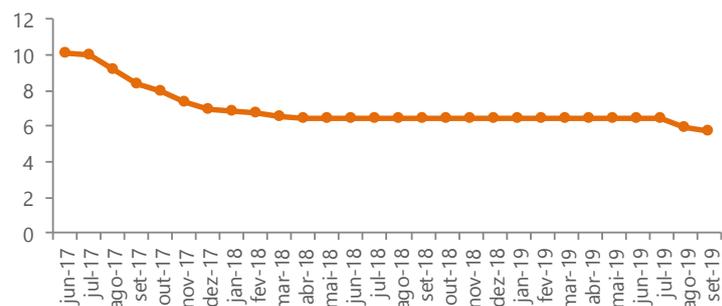
PIB TOTAL
(T/T-4, em %)



PIB PELA ÓTICA DA PRODUÇÃO
(T/T-4, em %)



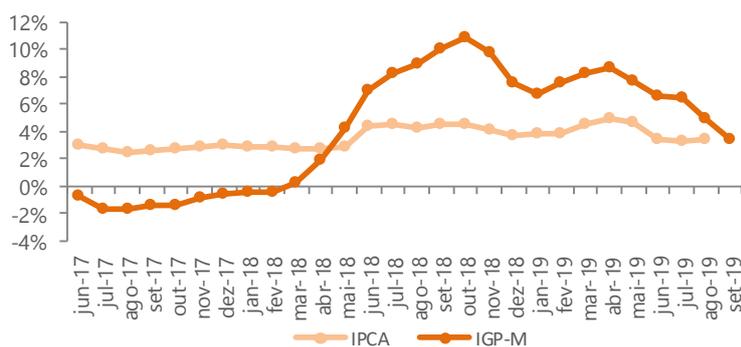
TAXA DE JUROS – SELIC EFETIVA
(em % a.a.)



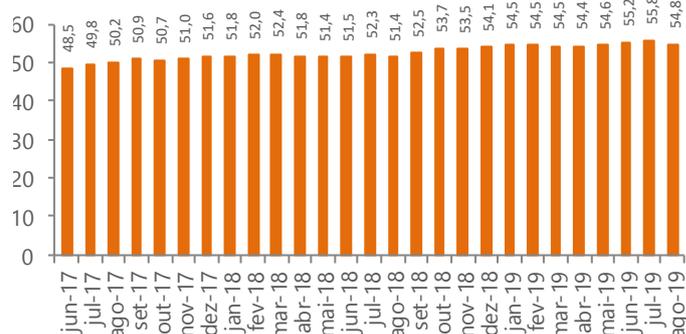
TAXA DE CÂMBIO – R\$/US\$
(taxa de fim de período)



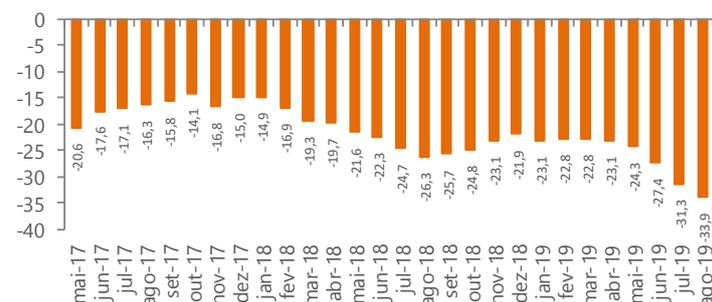
INFLAÇÃO – IPCA E IGP-M
(variação % ac. em 12 meses)



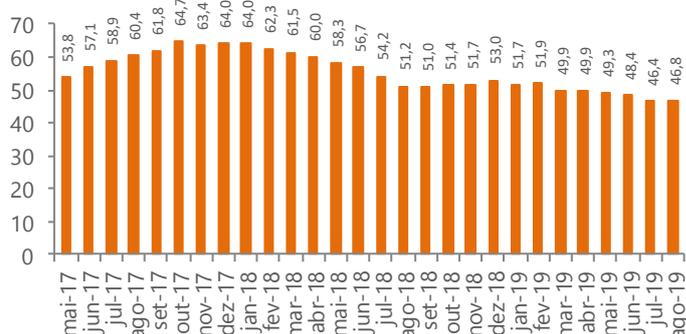
DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO
(como % do PIB ac. em 12 meses)



SALDO EM TRANSAÇÕES CORRENTES
(em US\$ bilhões, ac. em 12 meses)



SALDO DA BALANÇA COMERCIAL
(em US\$ bilhões, ac. em 12 meses)



Glossário

Arrecadação do Setor Segurador: Contempla o prêmio direto de seguros, prêmio emitido em regime de capitalização, contribuição em previdência, faturamento de capitalização e contraprestação de saúde suplementar.

Prêmio Direto de Seguros: Emissão de prêmio líquida de cancelamento e restituição.

Prêmio Emitido em Regime de Capitalização: Valor correspondente a cada um dos aportes destinados ao custeio de seguros estruturados no regime financeiro de capitalização.

Contribuição de Previdência: Valor correspondente a cada um dos aportes destinados ao custeio do plano de previdência.

Faturamento de Capitalização: Faturamento com títulos de capitalização líquida de devolução e cancelamento.

Contraprestação de Saúde Suplementar: Contraprestação líquida/prêmios retidos para coberturas assistenciais Médico-Hospitalar e/ou Odontológica.

Sinistro ocorrido/indenização/sorteio/resgate/benefício do Setor Segurador: Contempla o sinistro ocorrido de seguros, resgate e benefício de previdência, sorteio e resgate de capitalização e indenização de saúde suplementar.

Sinistro ocorrido de Seguros: Indenizações avisadas, despesas relacionadas a seguros, retrocessões aceitas, variação das provisões de sinistro e serviços de assistência, líquido dos salvados e ressarcidos avisados e de sua variação do ajuste da PSL. Considera as parcelas administrativas e judiciais, consórcios e fundos e despesas com benefícios em regime de capitalização e repartição de capitais de cobertura para seguros.

Resgate e benefício de Previdência: Valor correspondente a cada um dos resgates e benefícios destinados à cobertura do plano de previdência.

Sorteio e resgate de Capitalização: Valor correspondente aos prêmios de sorteios e resgates pagos com títulos de capitalização.

Indenização de Saúde Suplementar: Eventos indenizáveis líquidos/sinistros retidos de cobertura assistencial Médico-Hospitalar e/ou Odontológica.

Sinistralidade: Contempla sinistralidade de seguros e saúde suplementar

Sinistralidade de Seguros: proporção do sinistro ocorrido sobre o prêmio ganho.

Sinistralidade de Saúde Suplementar: proporção de indenização de saúde suplementar sobre a contraprestação de saúde suplementar.

Despesas de comercialização do Setor Segurador: Despesas de comercialização e custos de aquisição agregados em seguros, previdência, capitalização e saúde suplementar.

Despesa administrativa do Setor Segurador: Despesas administrativas em seguros, previdência, capitalização e saúde suplementar.

Ativo do Setor Segurador: Recursos econômicos na forma de bens e direitos em seguros, previdência, capitalização e saúde suplementar.

Provisão do Setor Segurador: Passivo contabilizado pelo Mercado Segurador para refletir as obrigações futuras advindas dos compromissos assumidos com os contratantes de suas operações.

Captação líquida dos Planos de Acumulação: Diferença entre a soma das contribuições de previdência e do prêmio emitido em regime de capitalização de VGBL e a soma dos resgates de previdência e de VGBL. Aplicável somente a esses planos.

Captação líquida de Capitalização: Diferença entre o faturamento de Capitalização e o total dos seus resgates.

PIB: Produto Interno Bruto, a soma do valor de todos os bens e serviços finais produzidos no país em determinado período.

PIB mensal: Produto Interno Bruto Nominal mensal, calculado e publicado pelo Banco Central do Brasil (*proxy* mensal para o PIB Nominal oficial, calculado pelo IBGE).

Penetração do Setor Segurador no PIB: Proporção da Arrecadação do Setor Segurador sobre o Produto Interno Bruto.

População Brasileira: Número de habitantes no território nacional publicado pelo IBGE com base em informações dos registros de nascimentos e óbitos, dos censos demográficos e das contagens de população intercensitárias.

Arrecadação per capita: proporção da arrecadação do Setor Segurador sobre a População Brasileira.

IPCA: Índice de Preços ao Consumidor-Amplio calculado pelo IBGE.

IGP-M: Índice Geral de Preços, calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Focus: Relatório semanal divulgado pelo Banco Central do Brasil com estatísticas-resumo de expectativas de agentes de mercado para variáveis macroeconômicas.

Selic: Taxa básica de juros da economia brasileira, definida pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central do Brasil.

FGTS: Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, gerido pela Caixa Econômica Federal, criado com o objetivo de proteger o trabalhador demitido sem justa causa, mediante a abertura de uma conta vinculada ao contrato de trabalho, formando poupança compulsória que pode ser usada em momentos especiais.

CAGED: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, da Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia.

PNAD: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do IBGE.

Regra de Ouro: Denomina-se Regra de Ouro os dispositivos legais que vedam que os ingressos financeiros oriundos do endividamento (operações de crédito) sejam superiores às despesas de capital (investimentos, inversões financeiras e amortização da dívida). Isto é, trata-se de um mecanismo constitucional que garante que o governo só pode contrair novas dívidas pagar dívidas antigas ou fazer investimentos que gerem crescimento no futuro, não para financiar gastos correntes que não beneficiarão gerações futuras, promovendo a consistência intertemporal da política fiscal.

Regra do Teto de Gastos: A Emenda Constitucional do Teto dos Gastos Públicos alterou insistiu o Novo Regime Fiscal. Trata-se de uma limitação ao crescimento das despesas do governo por 20 anos, visando à redução da relação Dívida Pública/PIB por meio do controle do aumento de gastos. As despesas e investimentos públicos ficam limitadas aos mesmos valores gastos no ano anterior, corrigidos pela inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplio (IPCA).

Composição do Conselho Diretor Eleito

com mandato de 30/04/2019 a 29/04/2022

Presidente

Marcio Serôa de Araujo Coriolano

1º Vice-Presidente

Roberto de Souza Santos
Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais

Vice-Presidentes

Gabriel Portella Fagundes Filho
Sul América Companhia Nacional de Seguros

Mário José Gonzaga Petrelli
Icatu Seguros S/A

Vinicius José de Almeida Albarnaz
Bradesco Seguros S/A

Vice-Presidentes Natos

Antonio Eduardo Márquez de Figueiredo Trindade
Federação Nacional de Seguros Gerais (FenSeg)

João Alceu Amoroso Lima
Federação Nacional de Saúde Suplementar (FenaSaúde)

Jorge Pohlmann Nasser
Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (FenaPrevi)

Marcelo Gonçalves Farinha
Federação Nacional de Capitalização (FenaCap)

Diretores

Bernardo de Azevedo Silva Rothe
Brasilprev Seguros e Previdência S/A

Carlos André Guerra Barreiros
Prudential do Brasil Seguros de Vida S/A

Edson Luís Franco
Zurich Minas Brasil Seguros S/A

Eduard Folch Rue
Allianz Seguros S/A

Francisco Alves de Souza
COMPREV Vida e Previdência S/A

Gabriela Susana Ortiz de Rozas
Caixa Seguradora S/A

João Francisco Silveira Borges da Costa
HDI Seguros S/A

José Adalberto Ferrara
Tokio Marine Seguradora S/A

Leonardo Deeke Boguszewski
Junto Seguros S/A

Miguel Gómez Bermúdez
Mapfre Previdência S/A

Nilton Molina
Mongeral AEGON Seguros e Previdência S/A

Luiz Fernando Butori Reis Santos
Itaú Vida e Previdência S/A

Pedro Cláudio de Medeiros B. Bulcão
Sinaf Previdencial Cia. de Seguros

Pedro Pereira de Freitas
American Life Companhia de Seguros S/A

Diretor Nato

Luiz Tavares Pereira Filho
Consultor Jurídico da Presidência da Fenaseg

Composição da Diretoria Executiva

Diretores

Alexandre Leal
Diretor Técnico e de Estudos

Luiz Tavares Pereira Filho
Consultor Jurídico da Presidência da Fenaseg

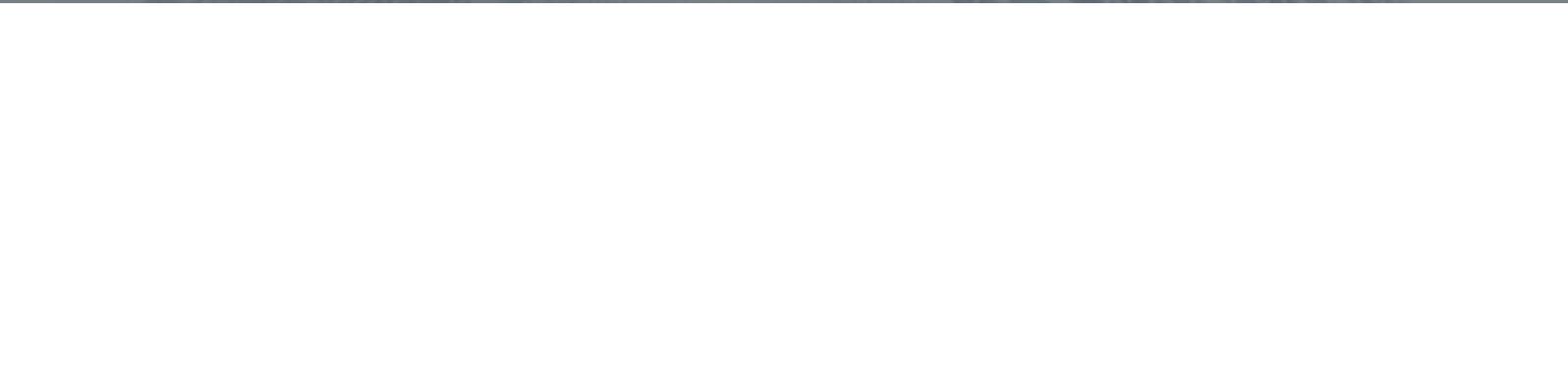
Miriam Mara Miranda
Diretora de Relações Institucionais

Paulo Annes
Diretor de Administração, Finanças e Controle

Solange Beatriz Palheiro Mendes
Diretora de Relações de Consumo e Comunicação

A Conjuntura CNseg nº 10 é uma publicação da Confederação das Seguradoras e foi elaborada por:

- Superintendência de Estudos e Projetos – SUESP
- Superintendência Executiva de Comunicação e Imprensa – SUECI
- Lauro Faria – Colaborador
- Luiz Roberto Cunha – Colaborador



CNseg

Confederação Nacional das Empresas
de Seguros Gerais, Previdência Privada e
Vida, Saúde Suplementar e Capitalização